

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO, FORENSE E CONSULTIVO DA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DA PROCURADORIA
GERAL DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

44º EXAME DE SELEÇÃO

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta e o preenchimento da folha de resposta definitiva.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D) e da prova discursiva, distribuídas da seguinte forma:

Tipo de Prova	Conteúdo	Questões
Objetiva	Direito Civil	01 a 05
	Direito Processual Civil	06 a 10
	Direito Administrativo	11 a 15
	Direito Constitucional	16 a 20
Discursiva	Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual Civil	1

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Contra quem cala não há castigo nem resposta"

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta e da folha de resposta definitiva por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e da folha de resposta definitiva e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

DIREITO CIVIL

01. Quando a lei não fixar prazo menor, o prazo geral de prescrição previsto no código civil é:
- (A) 20 anos
 - (B) 10 anos
 - (C) 7 anos
 - (D) 5 anos
02. São necessários para validade do negócio jurídico:
- (A) agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei
 - (B) objeto ilícito e forma prescrita em lei
 - (C) apenas agente capaz
 - (D) apenas objeto lícito
03. De acordo com a lei de introdução às normas do direito brasileiro (LINDB), quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com:
- (A) apenas doutrina
 - (B) convicção pessoal
 - (C) apenas jurisprudência
 - (D) analogia, costumes e princípios gerais do direito
04. De acordo com o código civil, as obrigações se classificam quanto ao seu objeto:
- (A) em obrigações de pagar, fazer e entregar
 - (B) em obrigações de dar, fazer e não fazer
 - (C) apenas em obrigações de não fazer
 - (D) somente em obrigações de pagar
05. Constituem hipóteses legais de anulabilidade do negócio jurídico, **EXCETO**:
- (A) dolo
 - (B) lesão
 - (C) coação
 - (D) simulação

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

06. Extingue-se o processo com resolução de mérito se o juiz reconhecer a:
- (A) prescrição
 - (B) perempção
 - (C) litispendência
 - (D) existência de coisa julgada
07. Sobre as teorias e condições da ação, é **CORRETO** afirmar:
- (A) identificada a carência da ação, o juiz deve extinguir o processo com resolução de mérito
 - (B) são condições da ação a legitimidade das partes, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido
 - (C) a teoria eclética da ação afirma a autonomia e a independência da ação, mas estipula condições para o seu exercício
 - (D) a teoria concreta da ação foi acolhida pelo Código de Processo Civil em vigor, consagrando a autonomia da ação, mas condicionando-a à existência do direito material
08. Sobre prazos e a Fazenda Pública, é **CORRETO** afirmar:
- (A) a Fazenda Pública goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, mas esse benefício não é aplicado se a lei já estabelece prazo próprio para o ente público
 - (B) a Fazenda Pública goza de prazo em dobro para apresentar contestação e oferecer recurso, mas não para as demais manifestações processuais
 - (C) ao contrário do que se dá com os particulares que postulam em juízo, os prazos da Fazenda Pública são contados em dias úteis, e não corridos
 - (D) uma das prerrogativas processuais da Fazenda é a obrigatoriedade da intimação pessoal, desde que os autos sejam físicos
09. A decisão de primeiro grau que julga parcialmente o mérito pode ser impugnada pelo seguinte recurso:
- (A) apelação
 - (B) agravo interno
 - (C) recurso especial
 - (D) agravo de instrumento
10. Iniciado o cumprimento de sentença, o meio de defesa do executado é:
- (A) impugnação
 - (B) contestação
 - (C) embargos à execução
 - (D) agravo de instrumento

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Sobre a Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa **CORRETA** à luz da Constituição Federal de 1988:
- (A) os princípios previstos no *caput* do art. 37 da C.F. 1988 aplicam-se somente à Administração Pública direta
 - (B) consideram-se princípios aplicados à Administração Pública, a publicidade, a eficiência, a moralidade, a legalidade e a impessoalidade
 - (C) a União não poderá intervir nos Estados, nem no Distrito Federal, para assegurar a prestação de contas da Administração Pública direta e indireta
 - (D) é vedada a ampliação de autonomia gerencial orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta através de contrato firmado entre administradores e poder público
12. Sobre a desapropriação, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) um bem do Município não pode ser desapropriado pela União
 - (B) a desapropriação é forma derivada de aquisição da propriedade
 - (C) o espaço aéreo e o subsolo podem ser expropriados
 - (D) desapropriação indireta é a que se processa com a observância de todas as formalidades legais
13. Sobre os bens públicos e seu regime jurídico, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- (A) segundo entendimento sumulado do STJ, a ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias
 - (B) o Código Civil de 2002 classifica os bens públicos em: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais
 - (C) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, nos termos do Código Civil de 2002
 - (D) são bens dominicais, segundo o Código Civil de 2002, os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive suas autarquias
14. Sobre o ato administrativo, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- (A) constituem elementos do ato administrativo: sujeito, forma, objeto, motivo, finalidade
 - (B) ato de gestão é aquele praticado pela administração em condição de igualdade com os particulares
 - (C) a validade de um ato administrativo não se vincula aos motivos indicados pelo agente, como seu fundamento, para praticá-lo
 - (D) permissão é o ato administrativo unilateral, discricionário, precário, pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público

15. Assinale, acerca dos contratos administrativos e licitações, a alternativa **CORRETA** de acordo com a Lei nº 14.133 de 2021:
- (A) é possível criar outras modalidades de licitação ou combinar aquelas previstas no *caput* do art. 28
 - (B) nos termos do art. 28, são modalidades de licitação o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo
 - (C) o instrumento de contrato é sempre obrigatório, sendo absolutamente vedada a sua substituição por outros instrumentos hábeis
 - (D) é vedada a aplicação supletiva aos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 dos princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Sobre direitos e garantias fundamentais, analise as assertivas indicadas a seguir:
- I. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar, sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, desde que seja durante o dia.
 - II. A Constituição garante o direito de propriedade, que atenderá sua função social.
 - III. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização prévia, desde que a solicitação seja feita no prazo de 24 horas antes da reunião.
 - IV. A lei não prejudicará o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.
 - V. O direito fundamental à proteção de dados pessoais é garantido apenas nos meios digitais.
- (A) todas as assertivas estão corretas
 - (B) todas as assertivas estão incorretas
 - (C) apenas uma assertiva está incorreta
 - (D) apenas duas assertivas estão corretas
17. Indique o instituto de direito constitucional que se identifica com a hipótese na qual, em se verificando compatibilidade material, as normas infraconstitucionais anteriores não são invalidadas pela nova Constituição.
- (A) revogação tácita
 - (B) desconstitucionalização
 - (C) recepção
 - (D) desidratação constitucional
18. Examine a seguinte situação hipotética: o Supremo Tribunal Federal pronuncia a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei Orgânica do Município X que estabeleceu o quórum de 2/3 dos membros da Câmara Municipal para aprovação de projeto de emenda ao texto da aludida Lei Orgânica. Ante o quadro fático-jurídico projetado, é possível afirmar que o referido dispositivo da Lei Orgânica invalidado vulnera o princípio da:
- (A) simetria
 - (B) moralidade
 - (C) impessoalidade
 - (D) irretroatividade

44º Exame de Seleção

- 19.** No que diz respeito às normas constitucionais que regem a política urbana, analise as assertivas e indique a opção **CORRETA**:
- I. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
 - II. Os imóveis públicos não poderão ser adquiridos por usucapião.
 - III. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
 - IV. É vedada qualquer espécie de usucapião em área urbana, independentemente da metragem do imóvel e da destinação que lhe é conferida.
 - V. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade emolduradas no plano diretor.
- (A) apenas uma assertiva está correta
(B) quatro assertivas estão corretas
(C) todas as assertivas estão corretas
(D) todas as assertivas estão incorretas
- 20.** A respeito das reformas constitucionais, à luz do texto magno, a Constituição da República de 1988 poderá ser emendada mediante proposta:
- (A) mais da metade da Câmara de Vereadores
 - (B) de desembargador presidente de Tribunal de Justiça
 - (C) de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal
 - (D) de um sexto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados

PROVA DISCURSIVA

Elaborar um texto dissertativo, de no máximo 25 (vinte e cinco) linhas, optando por apenas um dos temas indicados abaixo.

Na folha de resposta definitiva, o número do tema de escolha deverá ser escrito por extenso no espaço superior a linha 1.

Tema 1. Discorra sobre as funções da boa-fé objetiva no Direito brasileiro.

Tema 2. Discorra sobre a ação popular, conceituando-a, apresentando seus pressupostos, identificando a legitimidade ativa e passiva, aspectos procedimentais e processuais, bem como as hipóteses de cabimento.

Tema 3. Discorra sobre a distribuição do ônus, explicitando a regra geral e suas exceções, à luz do que dispõe o Código de Processo Civil em vigor.

Tema 4. Discorra sobre a responsabilidade objetiva do Estado, apontando seus pressupostos e suas causas excludentes.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.